



Concurso Público para provimento de cargos de
**Técnico Superior de
Análise Contábil**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova '02', Tipo 002

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida consulta de qualquer natureza ou espécie.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**PORTUGUÊS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Interesse público e direitos individuais

Hoje em dia, as relações humanas são fugazes, surgem e desaparecem sem deixar vestígios. O Direito não pode ignorar essa realidade, sob pena de não cumprir sua função: manter a ordem jurídica. O grande desafio é compatibilizar a realização do interesse público com as garantias e os direitos individuais, que têm o fundamental papel de defender o cidadão contra o Estado.

Nesse quadro, os avanços tecnológicos acabam representando uma dificuldade especial. De um lado, as tecnologias à disposição dos particulares muitas vezes são instrumentos para desvios de conduta. De outro lado, para coibir ou punir tais comportamentos, o Estado tem que recorrer a similares tecnologias que invadem a privacidade dos cidadãos.

A questão é como conciliar as imprescindíveis ferramentas de investigação à disposição do Estado com o direito à defesa e ao contraditório, garantias constitucionais. A regra geral é que o direito à defesa e ao contraditório devem ser garantidos aos particulares antes que eles sejam afetados por atos estatais.

Em alguns casos, porém, o oferecimento de oportunidade de defesa antes da atuação estatal é incompatível com o interesse público que ela visa tutelar. É o caso, por exemplo, da apreensão de alimentos contaminados para impedir sua comercialização. Não teria sentido permitir que o comerciante continuasse vendendo alimentos contaminados ao público apenas para que ele pudesse exercer previamente o direito de defesa; a oportunidade de manifestação prévia representaria definitivo prejuízo para o interesse público. Daí porque, em hipóteses excepcionalíssimas, o direito de defesa pode ser flexibilizado, mas apenas no limite indispensável à preservação do interesse público e de forma a representar o menor ônus ao particular.

No caso de escutas telefônicas autorizadas por ordem judicial para fins investigatórios, é possível afirmar com segurança que sua realização não é compatível com o exercício prévio do direito de defesa, pois, do contrário, elas seriam

destituídas de qualquer sentido útil ou prático. Em razão da natureza específica dessa operação, o direito de defesa deve ser garantido após o término do período da quebra de sigilo telefônico.

(Adaptado de Pedro Paulo de Rezende Porto Filho. 10/01/2009. www.conjur.com.br)

1. De acordo com o texto, na complexa relação entre interesse público e direitos individuais, a manutenção da ordem jurídica
 - (A) pode ser sacrificada, no caso de haver flagrante incompatibilidade entre essas duas instâncias.
 - (B) pode vir em segundo plano, caso esteja em risco a garantia do interesse público.
 - (C) dependerá sempre da sobreposição dos direitos individuais ao interesse público.
 - (D) pode implicar a inobservância temporária de direitos individuais, para salvaguardar o interesse público.
 - (E) dependerá sempre da análise de caso, à falta de qualquer princípio geral que proporcione um norteammento.
2. No desenvolvimento do texto, o autor coloca em sequência as seguintes operações:
 - (A) diagnóstico da crise atual do Direito – proposta para a eliminação do direito ao contraditório – crítica ao exercício prévio do direito de defesa.
 - (B) explicitação de um conflito desafiador – identificação de um parâmetro geral de orientação – exemplificação de casos excepcionais.
 - (C) denúncia da instabilidade da ordem jurídica – exposição de medidas paliativas – promoção das vantagens das ferramentas tecnológicas.
 - (D) reconhecimento dos avanços tecnológicos – avaliação de uma crise institucional – proposição de um parâmetro geral.
 - (E) resumo das instabilidades do quadro jurídico atual – proposição de medidas excepcionais – recusa das intervenções tecnológicas.
3. Os dois casos apresentados como exemplos (o do comerciante e o da escuta telefônica) servem à demonstração de que
 - (A) a eliminação dos direitos individuais é uma prerrogativa do Estado no caso de flagrante corrupção.
 - (B) ordens judiciais não podem flexibilizar-se em função de situações particulares.
 - (C) ocorrências específicas inviabilizam o exercício prévio do direito de defesa.
 - (D) ferramentas tecnológicas constituem intolerável ameaça ao interesse público e ao direito individual de defesa.
 - (E) a preservação do interesse público não justifica a inobservância do exercício prévio de um direito.



4. Considere as seguintes afirmações:
- I. Os avanços tecnológicos instam os agentes do Direito a admitir o recurso a ferramentas modernas de investigação, para garantir a manutenção da ordem jurídica.
 - II. A utilização, por parte do Estado, de ferramentas tecnológicas de investigação só se justifica quando foram estas mesmas que possibilitaram um desvio de conduta.
 - III. Uma rigorosa e inflexível observância dos direitos individuais pode ter como consequência um prejuízo irreparável para o interesse público.
- Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) III.
 - (D) II.
 - (E) I.
-
5. *O Direito não pode ignorar essa realidade, sob pena de não cumprir sua função: manter a ordem jurídica.*
- Na frase acima, pode-se substituir o segmento sublinhado, sem prejuízo para a correção e a coerência do enunciado, por:
- (A) ressaltando-se o desvio de sua missão.
 - (B) conquanto deixe de observar sua prerrogativa.
 - (C) ainda que não se prenda ao seu desígnio.
 - (D) salvo se não quiser fraudar o que dele se espera.
 - (E) a menos que se omita de exercer seu papel.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Deve-se às frequentes quebras de sigilo telefônico uma sucessão de embates na justiça, sobretudo nos casos em que há mera suspeição.
 - (B) A utilização de modernas ferramentas tecnológicas, imprescindíveis em muitas investigações, acabam por propiciar alguns conflitos jurídicos.
 - (C) Assistem a comerciantes inescrupulosos ou a indivíduos corruptos o direito de defesa prévia, enquanto continuam a praticar graves delitos?
 - (D) O autor do texto é muito cuidadoso no que tange à preservação de direitos individuais, quando podem feri-los iniciativa de atos estatais.
 - (E) Deve-se tolerar que pessoas continuem a ser contaminadas por alimentos, para que se garanta ao cruel comerciante todas as prerrogativas da defesa?
-
7. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) A quebra de sigilo telefônico é uma providência à qual só se deve lançar mão em casos excepcionais.
 - (B) O Direito não pode ignorar uma realidade como a nossa, em cuja as relações humanas são fugazes e imprevisíveis.
 - (C) São muitos os avanços tecnológicos, dos quais se pode recorrer, por exemplo, no caso de uma investigação sigilosa.
 - (D) São considerados mais graves aqueles prejuízos onde o mal, uma vez desencadeado, gera efeitos irreversíveis.
 - (E) As escutas telefônicas, para cuja autorização foi consultado um juiz, constituem casos em que há muita polêmica.
-
8. Estão corretos o emprego e a flexão de todas as formas verbais na frase:
- (A) No caso de um direito individual se sobrepuser ao interesse público, prefigura-se uma situação de conflito no interior da ordem jurídica.
 - (B) Se um cidadão for irresponsável e não reter sua ambição criminosa, poderá ficar privado do exercício prévio do direito de defesa.
 - (C) As informações que forem aprendidas por meio de quebra de sigilo telefônico podem estar suprindo um direito individual.
 - (D) A autoridade que se propuser a acessar informações sigilosas deverá respaldar essa medida com a obtenção de ordem judicial.
 - (E) Os efeitos que advirem de uma escuta telefônica só se legitimarão quando tenha sido autorizada por um juiz de direito.
-
9. Considere as seguintes frases:
- I. É preciso ter cautela com as ordens judiciais, que constituem desrespeito a um direito individual.
 - II. Em alguns casos de quebra de sigilo telefônico, há evidente abuso de autoridade.
 - III. Frequentemente, os jornais noticiam casos polêmicos de quebra de sigilo telefônico.
- A supressão da vírgula provocará alteração de sentido **tão-somente** no que se afirma em
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) III.
 - (D) II.
 - (E) I.
-
10. Está INADEQUADO o emprego de um pronome em:
- (A) Se Vossa Excelência pretende emitir a autorização, afianço-lhe que recorrerei de sua decisão.
 - (B) Ele não viu por que autorizar, num caso como aquele, a quebra do sigilo telefônico.
 - (C) Não lhe pareceu necessário explicar a ninguém o por quê de haver dado aquela autorização.
 - (D) Ele chamou para si toda a responsabilidade pela quebra do sigilo telefônico.
 - (E) Não me peças que concorde com tua posição só porque és mais versado em assuntos jurídicos.



Atenção: As questões de números 11 a 19 referem-se ao texto que segue.

Cronistas

Profissão das mais invejáveis, a de cronista. Regularmente, deve escrever e enviar um pequeno texto para um jornal, tratando de qualquer coisa com alguma graça, ou com melancolia, ou com desbragado humor, ou mesmo com solene poesia. Se não lhe ocorre qualquer assunto, sempre pode discorrer sobre a falta de assunto. E se uma grande ideia de repente o assalta, ótimo, ela bem poderá render uma sequência de três ou quatro crônicas. A imaginação entra em greve? Puxa uma revista ou jornal e faz uma disfarçada paráfrase da matéria que um repórter levou tempo para apurar. Ou que tal vingar-se da amada que o abandonou, colocando-a como protagonista de uma cena tão imaginária como ridícula?

Não se ganha muito dinheiro, em geral, mas sempre dá para pagar as pequenas dignidades. E há também quem alimente a esperança de que o exercício da crônica leve ao do conto, e este ao romance, de tal forma que, de repente, passe a ser reconhecido como um escritor de verdade. Esta é a ambição de um cronista não-convicto: começar a ser considerado um Escritor.

Mas essa condição de Escritor, vista sob outra perspectiva, pode não ser tão invejável como a de um cronista: aquele tem que tratar, em centenas de páginas, dos grandes dramas humanos, das aflições intensas de um ou mais indivíduos, das paixões profundas, dos amplos painéis sociais etc. E aí ele não consegue mais ver sentido em escrever trinta linhas sobre, por exemplo, o prazer que é abrir numa manhã a janela e ver passar na calçada a beleza distraída de uma moça apressada, que vira a esquina e desaparece para sempre. Talvez para não perder a oportunidade de registrar o encanto do efêmero, talvez por preguiça, há cronistas, como Rubem Braga, que jamais deixam de ser tão-somente cronistas. "Tão-somente", aliás, não se aplica, em absoluto, a esse admirável Escritor de crônicas. Quem as conhece não recusará ao velho Braga esse E maiúsculo, que o identifica como um dos maiores autores da nossa literatura.

(Eleutério Damásio, cronista inédito)

11. A afirmação de que a profissão de cronista é das mais invejáveis

- (A) justifica-se pelo fato de que uma crônica se limita ao que é efêmero, o que a desobriga de ser bem elaborada.
- (B) constitui tão-somente uma observação preliminar, já que não integra o núcleo temático do texto.
- (C) representa uma convicção plena do autor, já que em nenhum momento ele relativiza o valor de uma crônica.
- (D) deve-se ao fato de que a crônica demove aquele que a escreve da tentação de ser um contista ou romancista.
- (E) prende-se à variedade de assuntos, recursos e tons que se oferecem a quem se dedica a esse gênero.

12. Considere as seguintes afirmações:

- I. A referência a Rubem Braga constitui um incentivo aos que se exercitam na crônica para depois se dedicarem a textos mais nobres.
- II. A um grande romancista pode faltar motivação para expressar o encantamento poético de uma cena rápida e casual do cotidiano.
- III. Ao reconsiderar o emprego da expressão "tão-somente", o autor do texto está admitindo que a restrição fora, no caso, inadequada.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.

13. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *não se aplica, em absoluto* = não se converte, integralmente.
- (B) *com desbragado humor* = com insinuante ironia.
- (C) *colocando-a como protagonista* = inibindo sua atuação.
- (D) *tão imaginária como ridícula* = fantasiosa e risível, num mesmo grau.
- (E) *dos amplos painéis sociais* = de largos espectros populares.



14. *Não se ganha muito dinheiro, / mas sempre dá para pagar as pequenas dignidades.*
- Preserva-se a relação de sentido entre os segmentos destacados na frase acima em:
- (A) Haja vista que sempre dá para pagar as pequenas dignidades, não se ganha muito dinheiro.
- (B) Não se ganha muito dinheiro, uma vez que sempre dá para pagar as pequenas dignidades.
- (C) Sempre dá para pagar as pequenas dignidades, conquanto não se ganhe muito dinheiro.
- (D) Desde que não se ganhe muito dinheiro, sempre dá para pagar as pequenas dignidades.
- (E) Sempre dá para pagar as pequenas dignidades, por conseguinte não se ganha muito dinheiro.
-
15. Está INADEQUADA a correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Ele se notabilizou por escrever belos romances, mas já havia criado inspiradas crônicas da vida cotidiana.
- (B) Se não viesse a ocorrer-lhe qualquer assunto, sempre poderia ter discorrido sobre a falta deste.
- (C) E havia a esperança de que o exercício da crônica o levasse ao do conto, e este o levasse ao do romance.
- (D) Quando uma grande ideia o assaltar, talvez venha a lhe render uma sequência de três ou quatro crônicas.
- (E) No caso de se tornar um grande romancista, talvez passe a não enxergar a beleza das pequenas coisas transitórias.
-
16. Está inteiramente correta a pontuação da seguinte frase:
- (A) Sempre haverá cronistas que, a despeito de certa má-vontade contra o gênero, ou até por isso mesmo, dedicar-se-ão exclusivamente a ele.
- (B) Algumas profissões são invejáveis como a de cronista: mas sempre há quem costume diminuir por despeito, o valor desse escritor.
- (C) Por esta, ou aquela razão, há muitos críticos que diante de uma crônica, veem-na como um gênero menor.
- (D) São, de fato, várias as razões, para que não se deprecie o valor literário, de crônicas regularmente publicadas num jornal.
- (E) Não cabe ao leitor mais rigoroso, alimentar qualquer preconceito diante de um gênero literário, que explora a poesia das coisas pequenas.
-
17. Crônicas? Muita gente está habituada a ler crônicas, mas nem todos concedem às crônicas um valor equivalente ao de outros gêneros; alegam faltar às crônicas a altitude de um romance, e deixam de reconhecer as crônicas como vias de acesso imediato à poesia do dia-a-dia.
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) as ler – concedem-lhes – lhes faltar – reconhecer-lhes
- (B) as ler – lhes concedem – faltar-lhes – lhes reconhecer
- (C) lê-las – lhes concedem – faltar-lhes – reconhecê-las
- (D) ler a elas – as concedem – lhes faltar – reconhecê-las
- (E) lê-las – concedem-nas – faltar a elas – as reconhecer
-
18. NÃO admite transposição para a voz passiva o seguinte segmento do texto:
- (A) (...) faz uma disfarçada paráfrase da matéria (...)
- (B) (...) deve escrever e enviar um pequeno texto para um jornal (...)
- (C) Talvez para não perder a oportunidade (...)
- (D) (...) jamais deixam de ser tão somente cronistas.
- (E) (...) esse E maiúsculo, que o identifica como um dos maiores autores da nossa literatura.
-
19. O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do **singular** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) O grande mérito de Rubem Braga, pelo qual se (consagrar) seus livros de crônicas, está sobretudo no apuro e na poesia de sua linguagem.
- (B) Não obstante (poder) faltar à crônica as ambições de um romance, ela atrai o interesse de inúmeros leitores.
- (C) Por que razão não se (reconhecer) no grande cronista de jornal os mesmos méritos de outros escritores?
- (D) O fato de que (costumar) interessar a um cronista os aspectos triviais da vida cotidiana em nada diminui o valor das crônicas.
- (E) Não (assistir) aos leitores ou aos críticos literários o direito de alimentar preconceitos em relação a qualquer gênero.



Atenção: As questões de números 20 a 25 referem-se ao texto que segue.

Segredo

Há muitas coisas que a psicologia não nos explica. Suponhamos que você esteja em um 12º andar, em companhia de amigos, e, debruçando-se à janela, distinga lá embaixo, inesperada naquele momento, a figura de seu pai, procurando atravessar a rua ou descansando em um banco diante do mar. Só isso. Por que, então, todo esse alvoroço que visita a sua alma de repente, essa animação provocada pela presença distante de uma pessoa de sua intimidade? Você chamará os amigos para mostrar-lhe o vulto de traços fisionômicos invisíveis: "Aquele ali é papai". E os amigos também não vão sorrir, quase enternecidos, participando um pouco de sua glória, pois é inexplicavelmente tocante ser amigo de alguém cujo pai se encontra longe, fora do alcance de seu chamado.

Outro exemplo: você ama e sofre por causa de uma pessoa e com ela se encontra todos os dias. Por que, então, quando essa pessoa aparece à distância, em hora desconhecida aos seus encontros, em uma praça, em uma praia, voando na janela de um carro, por que essa ternura dentro de você, e essa admirável compaixão?

Por que motivo reconhecer uma pessoa ao longe sempre nos induz a um movimento interior de doçura e piedade? (...) Até para com os nossos inimigos, para com as pessoas que nos são antipáticas, a distância em relação ao desafeto atua sempre em sentido inverso. Ver um inimigo ao longe é perdoá-lo bastante.

(Paulo Mendes Campos – **Crônicas escolhidas**. S.Paulo: Ática, 1981, p.p. 49-50)

20. O segredo anunciado no título da crônica ganha especificidade como tema central do texto na seguinte formulação:

- (A) *Ver um inimigo ao longe é perdoá-lo bastante.*
- (B) *Há muitas coisas que a psicologia não nos explica.*
- (C) *(...) você ama e sofre por causa de uma pessoa e com ela se encontra todos os dias.*
- (D) *E os amigos também não vão sorrir, quase enternecidos, participando um pouco de sua glória (...)*
- (E) *Por que motivo reconhecer uma pessoa ao longe sempre nos induz a um movimento interior de doçura e piedade?*

21. O sentimento inexplicável de que trata o cronista vincula-se a uma aparente contradição, que pode ser assim formulada:

- (A) O distanciamento faz reconhecer qualidades em quem não parecia tê-las.
- (B) A virtude da compaixão induz-nos a perdoar nossos maiores inimigos.
- (C) A percepção do inalcançável pode converter-se em afetiva aproximação.
- (D) Todas as hostilidades sucumbem a um gesto sincero de aproximação.
- (E) Não há distância que não possa ser suprimida pelo amor.

22. Considere as seguintes afirmações:

- I. Na frase "*Aquele ali é papai*" (1º parágrafo), expressam-se, em sequência: índice de proximidade, índice de distanciamento e identificação carinhosa.
- II. Em *voando na janela de um carro* (2º parágrafo), é um índice de velocidade que traduz a percepção do inalcançável.
- III. A expressão *atua sempre em sentido inverso* (3º parágrafo) refere-se ao fato de que, diante do inimigo, ocorre o oposto de uma *animação provocada pela presença distante*.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II.
- (E) II e III.

23. Por que motivo reconhecer uma pessoa ao longe sempre nos induz a um movimento interior de doçura e piedade?

Numa reconstrução da frase acima, iniciando-a pelo segmento *Por que sempre somos induzidos a um movimento interior de doçura e piedade*, uma complementação correta e coerente será:

- (A) assim que reconhecemos uma pessoa ao longe?
- (B) tendo motivo para reconhecer uma pessoa ao longe?
- (C) em vista de se haver reconhecido uma pessoa ao longe?
- (D) caso reconhecêssemos uma pessoa ao longe?
- (E) toda vez em que reconhecermos uma pessoa ao longe?

24. É adequado o emprego e correta a grafia de todas as palavras da frase:

- (A) Os poetas românticos eram obsecados por imagens que, figurando a distância, expressavam com ela a gossosa inatingibilidade de um ideal.
- (B) É prazeroso o reconhecimento de uma pessoa que, surgindo longínqua, parece então mais próxima que nunca – paradoxo pleno de poesia.
- (C) A abstenção da proximidade de alguém não impede, segundo o cronista, que nossa afetividade aflore e haja para promover uma aproximação.
- (D) Nenhuma distância dilui o afeto, pelo contrário: o reconhecimento da amada longeva avizinha-a de nós, fá-la mais próxima que nunca.
- (E) O cronista ratifica o que diz um velho provérbio: a distância que os olhos acusam não exclue a proximidade que o nosso coração promove.

25. A expressão **de que** preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) A compaixão humana é um sentimento o cronista deseja dividir com o leitor.
- (B) A compaixão humana é um sentimento o cronista recusa a se distanciar.
- (C) O sentimento da compaixão é uma virtude humana o cronista não se furta a valorizar.
- (D) A compaixão humana é um sentimento o cronista não se esquiva de enaltecer.
- (E) O sentimento da compaixão é uma virtude humana o cronista sabe reconhecer e valorizar.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

Instruções: Para responder às questões de números 26 a 28, considere as informações a seguir (valores em milhares de reais).

O relatório da movimentação de estoques da Cia. Boa Compra do primeiro bimestre de 2008 indicava:

I. Movimento de compra de mercadorias no período:

DATA DE COMPRA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
10.01.2008	110	10,00	1.100,00
15.01.2008	50	15,00	750,00
02.02.2008	90	20,00	1.800,00
15.02.2008	25	12,00	300,00
25.02.2008	50	18,00	900,00
28.02.2008	20	20,00	400,00

II. Movimento de vendas de mercadorias no período:

Em 18.01.2008 100 unidades

Em 10.02.2008 150 unidades

26. Utilizando-se o critério PEPS para valorização das vendas, o custo da mercadoria vendida em 18.01.2008, levando-se em consideração que a empresa apura o resultado das vendas mensalmente, é
- (A) R\$ 900,00
(B) R\$ 1.000,00
(C) R\$ 1.200,00
(D) R\$ 1.300,00
(E) R\$ 1.467,00
-
27. Se os preços de venda praticados pela empresa nos meses de janeiro e fevereiro são R\$ 20,00 e R\$ 25,00, respectivamente, o resultado total apurado no bimestre deverá ser
- (A) igual, qualquer que seja o critério de avaliação de estoque utilizado.
(B) um lucro maior, se a empresa utilizar o critério MPM.
(C) R\$ 1.250,00, se a empresa avaliar seus estoques pelo critério UEPS.
(D) maior, se o critério de avaliação dos estoques utilizado for o PEPS.
(E) R\$ 3.650,00, se o critério de avaliação dos estoques for à média ponderada.
-
28. Utilizando-se o critério UEPS para apuração do custo das mercadorias vendidas, no final de Janeiro 2008, após apurada a baixa dos estoques pela venda do mês, o valor em reais do estoque final é
- (A) menor no critério PEPS.
(B) maior pelo critério PEPS.
(C) maior pelo critério UEPS.
(D) igual nos dois critérios.
(E) maior pelo critério da média móvel.



29. Considere os dados abaixo.

Imóvel Fabril.....	R\$ 15.000,00
Seguros anuais pagos antecipadamente	R\$ 6.000,00
Venda de Mercadorias	R\$ 5.000,00
Contas a Receber	R\$ 6.000,00
Ações de Coligadas	R\$ 35.000,00
Caixa	R\$ 8.000,00
Bancos Conta Movimento	R\$ 50.000,00
Marcas e Patentes – Intangível.....	R\$ 9.000,00

O valor do Ativo Circulante é

- (A) R\$ 78.000,00
- (B) R\$ 70.000,00
- (C) R\$ 68.000,00
- (D) R\$ 63.000,00
- (E) R\$ 53.000,00

30. Representa um Fato Contábil Permutativo a

- (A) compra de um Veículo à vista.
- (B) venda de Mercadoria com prejuízo.
- (C) venda de Imobilizado com prejuízo.
- (D) venda de Imobilizado com lucro.
- (E) venda de Mercadoria com lucro.

31. A depreciação é um procedimento contábil que visa a

- (A) apurar o resultado na alienação dos bens depreciables.
- (B) recompor o valor histórico do imobilizado.
- (C) registrar a baixa dos bens sujeitos à depreciação, quando da alienação.
- (D) distribuir o custo dos bens sujeitos à depreciação pelo período de sua vida útil.
- (E) apurar o resultado quando da baixa por obsolescência do imobilizado.

32. O Regime de Caixa é um regime oposto ao regime da

- (A) materialidade.
- (B) entidade.
- (C) competência.
- (D) unidade de moeda instrumento de mensuração.
- (E) continuidade.

33. Uma empresa comercial classifica como Disponibilidades o seguinte grupo de contas:

- (A) Caixa, Aplicações de Liquidez Imediata e Clientes.
- (B) Caixa, Bancos e Investimentos Permanentes.
- (C) Caixa, Bancos e Duplicatas a Receber.
- (D) Caixa, Bancos e Aplicações de Liquidez Imediata.
- (E) Clientes, Estoques e Bancos Conta Movimento.

34. Compõem parte da Demonstração do Resultado do Exercício:

- (A) Estoques, Vendas e Despesas Administrativas.
- (B) Vendas, Despesas Administrativas e Clientes.
- (C) Vendas, Custo da Mercadoria Vendida e Despesas Financeiras.
- (D) Vendas, Depreciação Acumulada e Fornecedores.
- (E) Despesas Financeiras, Depreciação Acumulada e Despesas de Vendas.



35. A situação patrimonial é superavitária quando o valor total do

- (A) Ativo é superior ao valor total do Permanente.
- (B) Ativo é maior do que o valor total do Passivo.
- (C) Ativo e o valor total do Passivo são iguais.
- (D) Passivo supera o valor total do Ativo.
- (E) Realizável é maior do que o valor do Permanente.

Contabilidade Pública

36. A contabilidade aplicada às entidades governamentais segue regras e normas específicas deste ramo das Ciências Contábeis para a geração de informações para seus usuários. Sobre esse assunto, é correto afirmar que

- (A) a escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas simples, podendo, opcionalmente, ser complementada pelo uso das partidas dobradas.
- (B) as disposições contidas na Lei nº 4.320/64 sobre a forma de funcionamento da contabilidade aplicam-se a órgãos da administração direta, autarquias, empresas públicas e empresas de economia mista.
- (C) os regimes contábeis da receita e despesa, segundo a Lei nº 4.320/64, são, respectivamente, competência e caixa, uma vez que se consideram como pertencentes ao exercício financeiro as receitas nele lançadas e as despesas nele legalmente pagas.
- (D) a contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.
- (E) os direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a administração pública for parte serão controlados extra-contabilmente.

37. A intervenção do Estado na economia, concretizada basicamente por meio dos orçamentos públicos, pode ser classificada, quanto às suas atribuições econômicas, em três categorias, quais sejam:

- (A) de planificação, orçamentária e de controle.
- (B) alocativa, distributiva e estabilizadora.
- (C) alocativa, distributiva e de planificação.
- (D) distributiva, estabilizadora e de controle.
- (E) distributiva, estabilizadora e orçamentária.

38. A assinatura de um contrato de prestação de serviços não afeta o patrimônio público, mas, no futuro, poderá afetá-lo. Dessa forma, o seu registro contábil deverá ocorrer com a utilização de contas pertencentes ao sistema

- (A) de compensação.
- (B) orçamentário.
- (C) financeiro.
- (D) patrimonial.
- (E) de controle interno.

39. Em diversas situações, um ato da administração pode gerar lançamentos em mais de um dos sistemas contábeis ao mesmo tempo e, em outros casos, em apenas um deles. Um evento que gera lançamento contábil somente no sistema patrimonial é a

- (A) previsão da receita tributária.
- (B) arrecadação de impostos.
- (C) baixa por cancelamento de dívidas passivas.
- (D) liquidação da despesa com pessoal.
- (E) alienação de bens móveis.



40. O aumento da dívida fundada proveniente de variação cambial, no sistema patrimonial, deve ser processado pelo lançamento:
- (A) D – Ativo Permanente/Dívida Fundada
C – Variações Ativas Resultantes da Execução Orçamentária/Mutações Patrimoniais/Variação Cambial
- (B) D – Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária/Variação Cambial
C – Passivo Permanente/Dívida Fundada
- (C) D – Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária/Variação Cambial
C – Passivo Financeiro/Dívida Fundada
- (D) D – Variações Passivas Resultantes da Execução Orçamentária/Mutações Patrimoniais/Variação Cambial
C – Passivo Permanente/Dívida Fundada
- (E) D – Variações Passivas Resultantes da Execução Orçamentária/Despesa Orçamentária/Variação Cambial
C – Passivo Permanente/Dívida Fundada

41. Os lançamentos contábeis, a seguir, são referentes a um mesmo evento:

D – Execução da Receita
C – Receita a Realizar

D – Caixa/Bancos
C – Receita Orçamentária

D – Variações Passivas Resultantes da Execução Orçamentária/Mutações Passivas/Alienação de Bens Móveis
C – Bens Móveis

Observando-os, é correto afirmar que se trata do registro da arrecadação de uma receita

- (A) de capital nos sistemas orçamentário, financeiro e de compensação.
(B) corrente nos sistemas financeiro e patrimonial.
(C) de capital nos sistemas financeiro e patrimonial.
(D) corrente nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial.
(E) de capital nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial.

42. O registro referente à incorporação de bens por doações recebidas gera um aumento no ativo permanente e correspondente

- (A) aumento de despesa.
(B) aumento de passivo financeiro.
(C) redução de ativo financeiro.
(D) aumento de passivo permanente.
(E) aumento do resultado patrimonial.

43. Observe o Balanço Orçamentário (em milhares de reais) de uma determinada entidade pública:

RECEITAS				DESPESAS			
Títulos	Prevista	Executada	Diferença	Títulos	Fixada	Executada	Diferença
Receitas Correntes	580	610	30	Créd. Orçamentários e Suplementares	730	80	-50
Receitas de Capital	150	160	10	Créd. Especiais	20	10	-10
				Créd. Extraordinários	10	10	0
SOMA	730	770	40	SOMA	760	700	-60
DÉFICIT	30		-30	SUPERÁVIT		70	70
TOTAL	760	770	10	TOTAL	760	770	10

Sabendo-se que não houve abertura de créditos suplementares, é correto afirmar que o

- (A) valor das receitas arrecadadas é igual ao das despesas empenhadas.
(B) orçamento da despesa não sofreu qualquer alteração durante o exercício.
(C) quociente do resultado orçamentário foi de 1,10.
(D) quociente de cobertura dos créditos adicionais foi 2,0.
(E) resultado de previsão era superavitário em 70.



Instruções: Para responder às questões 44 e 45, considere os fatos relacionados a seguir:

1. Lançamento da previsão da receita e da fixação da despesa referente à aprovação do orçamento de uma entidade pública com base na Lei Orçamentária Anual, no valor de R\$ 880.000,00.
2. Arrecadação de tributos no valor de R\$ 763.000,00.
3. Recebimento de créditos tributários inscritos em dívida ativa no valor de R\$ 10.000,00.
4. Operações de crédito para compra de bens imóveis no valor de R\$ 120.000,00.
5. Empenho, liquidação e pagamento de despesas com: pessoal R\$ 400.000,00, aquisição de imóveis R\$ 415.000,00, amortização da dívida fundada R\$ 30.000,00.
6. Empenho e liquidação de despesas com juros e encargos da dívida fundada no valor de R\$ 20.000,00.
7. Recebimento de cauções no valor de R\$ 30.000,00.
8. Pagamento de restos a pagar no valor de R\$ 400.000,00.
9. Baixa de bem móvel destruído por sinistro no valor de R\$ 20.000,00.
10. Inscrição de tributos em dívida ativa no valor de R\$ 27.000,00.

44. O resultado financeiro do período foi
- (A) uma redução no caixa de R\$ 342.000,00.
 - (B) um aumento no caixa de R\$ 78.000,00.
 - (C) um aumento no caixa de R\$ 48.000,00.
 - (D) uma redução no caixa de R\$ 322.000,00.
 - (E) um aumento no caixa de R\$ 28.000,00.

45. O resultado patrimonial do período foi
- (A) superavitário em R\$ 350.000,00.
 - (B) deficitário em R\$ 322.000,00.
 - (C) superavitário em R\$ 343.000,00.
 - (D) superavitário em R\$ 35.000,00.
 - (E) superavitário em R\$ 28.000,00.

Auditoria e Análise das Demonstrações Contábeis

46. O auditor da Empresa AvaGeral S.A. constatou que a licença para uso de um *software*, destinado a movimentação de robôs de solda de produtos fabricados pela empresa, usado ou vendido somente com esse equipamento, foi contabilizado no Intangível. O valor do bem e do *software* foram destacados na nota fiscal. Com relação a esse fato, o auditor deve recomendar
- (A) sua ativação no investimento para poder mensurar o seu retorno.
 - (B) a validação do procedimento em decorrência de poder identificar a parcela do imobilizado e a parte referente ao ativo intangível.
 - (C) que o valor seja contabilizado no resultado, visto não trazer benefícios futuros.
 - (D) a reclassificação para o ativo imobilizado juntamente com o bem.
 - (E) que o valor seja contabilizado como despesa por não ser possível calcular o retorno a ser gerado.
47. O auditor, ao avaliar um item do ativo, NÃO deve considerar como um elemento a ser refletido no cálculo do valor em uso
- (A) o preço decorrente da incerteza inerente ao ativo.
 - (B) a estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo.
 - (C) as expectativas sobre possíveis variações no montante ou período desses fluxos de caixa futuros.
 - (D) o valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco.
 - (E) a inflação esperada para o período do fluxo de caixa e os impostos que afetam os resultados do fluxo.



48. A empresa Clean S.A. modificou as demonstrações contábeis publicadas. A administração não tomou as medidas necessárias para assegurar que todas as pessoas que tinham recebido as demonstrações contábeis anteriormente divulgadas tivessem acesso às novas, limitando-se a divulgar em seu *site*. O auditor entendeu que deveria modificar seu parecer, mas a administração não aceitou. Nesse caso, o auditor
- (A) não tem nenhum procedimento a fazer, uma vez que as demonstrações contábeis publicadas não são as que serviram para o trabalho de auditoria, podendo ele justificar com os papéis de trabalho.
 - (B) deverá informar à administração que poderá tomar medidas para impedir que seu parecer seja utilizado por terceiros, resguardando seus direitos e obrigações legais.
 - (C) deverá comunicar tal ocorrência diretamente ao mercado e aos órgãos competentes, mesmo que a empresa não seja informada de que ele tomará essas providências.
 - (D) só deverá se manifestar se estiver no período entre a data do encerramento das demonstrações contábeis e a publicação, não sendo responsável por eventos ocorridos após a publicação.
 - (E) deverá refazer os trabalhos, complementando-os, sendo que o parecer dentro dessas circunstâncias se torna nulo.

49. Considere as assertivas a seguir.
- I. Quando extrapolar resultados de erros e fraudes, o auditor deve considerar os aspectos qualitativos e quantitativos dos erros e fraudes encontrados, avaliando sua materialidade e sua relevância para que sejam considerados.
 - II. Ao analisar os erros detectados na amostra, o auditor deve, inicialmente, determinar se o item em questão é, de fato, um erro, considerados os objetivos específicos planejados.
 - III. Seleção sistemática ou por intervalo é aquela em que a seleção de itens é procedida de maneira que haja sempre um intervalo constante entre cada item selecionado, seja a seleção feita diretamente da população a ser testada, ou por estratos dentro da população.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
 - (B) III.
 - (C) II e III.
 - (D) II.
 - (E) I e II.
50. O auditor, ao avaliar as provisões para processos judiciais decorrentes de ações trabalhistas existentes contra a empresa, constatou que foi efetuada classificação errônea de dois processos. Ao invés de os processos terem sido considerados como possíveis de perda foram classificados como remoto. Nesse caso,
- (A) tanto a provisão no passivo, quanto à provisão no resultado estão subavaliadas.
 - (B) a provisão no passivo está superavaliada e a provisão no resultado está subavaliada.
 - (C) tanto a provisão no passivo, quanto à provisão no resultado estão superavaliadas.
 - (D) a provisão está correta, por não serem base para a provisão os processos considerados possíveis de perda.
 - (E) a provisão no passivo está subavaliada e a provisão no resultado está superavaliada.

Instruções: Para responder às questões de números 51 e 52, considere os dados a seguir.

Contas	R\$
Bancos	20.000,00
Aplicações Financeiras	2.000,00
Estoques	6.000,00
Contas a Receber	2.000,00
Investimento	15.000,00
Intangível	5.000,00
Fornecedores	15.000,00
Salários a Pagar	3.000,00
Empréstimos Contraídos - Circulante	2.000,00
Capital Social	5.000,00
Reserva de Lucros	3.000,00
Vendas	30.000,00
CMV	18.000,00
Despesas Gerais	3.500,00

51. O índice de liquidez corrente é
- (A) 1,5
 - (B) 1,2
 - (C) 1,0
 - (D) 0,8
 - (E) 0,5



52. A participação do capital de terceiros é

- (A) 0,625
- (B) 1,250
- (C) 2,125
- (D) 2,250
- (E) 2,500

53. Os testes que visam a garantir para o auditor que os procedimentos de controles internos estão sendo efetivamente praticados e/ou em funcionamento são os

- (A) de materialidade.
- (B) substantivos.
- (C) de revisão analítica.
- (D) de relevância.
- (E) de observância.

Instruções: Para responder às questões de números 54 e 55 considere os dados a seguir.

Contas	2008	2007
Receita Corrente Prevista	R\$ 6.400.000,00	R\$ 2.000.000,00
Receita Corrente Realizada	R\$ 6.420.000,00	R\$ 2.050.000,00
Receita Arrecadada	R\$ 5.800.000,00	R\$ 1.900.000,00
Receita Prevista	R\$ 6.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
Receita Executada	R\$ 5.700.000,00	R\$ 1.900.000,00
Receita Líquida Real	R\$ 700.000,00	R\$ 440.000,00
Despesa Corrente Fixada	R\$ 4.900.000,00	R\$ 1.800.000,00
Despesa Corrente Executada	R\$ 4.800.000,00	R\$ 1.700.000,00
Despesa de Capital Fixada	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
Despesa de Capital Executada	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
Amortizações de Empréstimos	R\$ 300.000,00	R\$ 150.000,00
Juros e Encargos	R\$ 50.000,00	R\$ 26.000,00

54. Os índices do quociente de execução da Receita para 2008 e 2007, respectivamente, são:

- (A) 1,070 e 1,025
- (B) 1,070 e 1,000
- (C) 1,000 e 0,975
- (D) 1,000 e 1,000
- (E) 0,950 e 0,095

55. O índice do quociente do dispêndio da dívida para 2007 é

- (A) 0,84
- (B) 0,64
- (C) 0,50
- (D) 0,40
- (E) 0,30

**Administração Financeira e Orçamentária**

56. Em relação aos princípios orçamentários que estão incorporados à legislação brasileira sobre o orçamento público, considere:
- I. A Lei Orçamentária não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para abertura de créditos especiais e para contratação de operação de crédito.
 - II. A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei, bem como as entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.
 - III. A Lei Orçamentária discriminará os valores de receitas e despesas para um período anual, inclusive para as despesas de capital.
 - IV. A Lei de Orçamento compreenderá os investimentos nas empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
 - V. Todas as receitas e despesas serão discriminadas na lei orçamentária pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III, IV e V.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) I, III e V.
 - (E) II, III e IV.
-
57. No ciclo orçamentário, a etapa de elaboração do orçamento envolve a previsão das receitas públicas em que, conforme a Lei Complementar nº 101/2000,
- (A) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da renúncia de receita não será considerada na previsão de receitas na lei orçamentária, desde que as metas de resultados fiscais não sejam afetadas.
 - (B) as estimativas serão realizadas com base na escolha de um dos seguintes critérios: evolução histórica das receitas arrecadadas, mudança da legislação tributária, variação dos índices de preço ou crescimento econômico.
 - (C) a reestimativa da receita poderá ser feita pelo Poder Legislativo se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
 - (D) os montantes de receitas de operações de crédito poderão ser superiores aos das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
 - (E) o Poder Executivo colocará os estudos e as estimativas à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público no prazo máximo de trinta dias após o encaminhamento da proposta orçamentária.

-
58. Sobre as disposições constitucionais e aquelas contidas na Lei Complementar nº 101/2000 relativas ao PPA – Plano Plurianual, à LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA – Lei Orçamentária Anual é correto afirmar que
- (A) o PPA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para a totalidade das despesas correntes e de capital.
 - (B) o PPA orientará a elaboração da LOA e disporá sobre as alterações na legislação tributária.
 - (C) a LOA estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
 - (D) a LDO disporá sobre normas relativas ao controle de custos dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
 - (E) a LOA conterà Anexo de Riscos Fiscais, com avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

-
59. O recebimento pelo Estado de valores inscritos em dívida ativa corresponde a uma

- (A) redução de dívida fundada.
- (B) receita extra-orçamentária.
- (C) despesa extra-orçamentária.
- (D) despesa orçamentária.
- (E) receita orçamentária.



60. Uma receita que pode ser considerada como de capital é aquela oriunda
- (A) do recebimento de multas.
 - (B) da amortização de empréstimos concedidos.
 - (C) da arrecadação tributária.
 - (D) da exploração do patrimônio público.
 - (E) de transferências para cobrir despesas correntes.
-
61. Se os cidadãos estiverem interessados em conhecer os dados e estatísticas sobre os gastos públicos nos principais segmentos em que atuam as organizações do Estado, ou seja, no maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público deverão consultar a classificação da despesa
- (A) por elementos de despesa.
 - (B) funcional.
 - (C) por programas.
 - (D) institucional.
 - (E) por categorias econômicas.
-
62. O Município "A" foi um dos mais atingidos pelas enchentes do final de ano e, em novembro, foi decretado estado de calamidade pública. Um dos principais problemas enfrentados pela comunidade foi o desabamento de uma ponte, deixando parte da população ilhada, sem acesso às escolas, postos de saúde, etc. A prefeitura precisava urgentemente construir um acesso provisório e reconstruir a ponte. Entretanto, não existiam créditos orçamentários para tanto. Nesse caso, o Poder Executivo deve
- (A) obter autorização do Poder Legislativo para anulação de dotações orçamentárias e, em seguida, abrir, por decreto, créditos extraordinários.
 - (B) obter autorização legislativa para a abertura de créditos especiais e abri-los por meio de decreto.
 - (C) abrir, por meio de decreto, créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária.
 - (D) abrir, por meio de decreto, créditos extraordinários e dar conhecimento imediato ao Poder Legislativo.
 - (E) realizar a despesa sem a abertura de créditos adicionais e, em seguida, dar conhecimento ao Poder Legislativo.
-

63. Considere os dados, abaixo, extraídos do Balanço Patrimonial de 31/12/X1 da Prefeitura Modelo:

	R\$ (mil)
Aplicações Financeiras	210
Ativo Real Líquido	990
Bancos Conta Movimento	297
Bens Imóveis.....	590
Bens Móveis.....	365
Consignações	91
Depósitos de Diversas Origens – Caução.....	40
Dívida Ativa	490
Operações de Crédito Externa (longo prazo).....	600
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária.....	30
Restos a Pagar.....	201

O passivo financeiro era de, em milhares de reais,

- (A) 145.
- (B) 161.
- (C) 962.
- (D) 362.
- (E) 322.



64. Observe o Balanço Financeiro da Prefeitura Modelo referente ao exercício financeiro de X1:

RECEITAS			DESPESAS		
Títulos	R\$ (mil)	R\$ (mil)	Títulos	R\$ (mil)	R\$ (mil)
Orçamentárias		1000	Orçamentárias		900
Extra-Orçamentárias		380	Extra-Orçamentárias		400
Restos a Pagar	200		Entidades Vinculadas	150	
Serviços da Dívida a Pagar	100		Restos a Pagar	250	
Consignações	80				
Saldo do Exercício Anterior		130	Saldo para o Exercício Seguinte		210
Caixas/Bancos	130		Caixas/Bancos	210	
TOTAL		1510	TOTAL		1510

No exercício financeiro de X1, em milhares de reais,

- (A) o valor empenhado de Despesas Orçamentárias foi de 900.
- (B) o valor previsto de Receitas Orçamentárias foi de 1.000.
- (C) o valor inscrito em restos a pagar foi de 250.
- (D) a prefeitura recolheu 80 ao instituto de previdência dos servidores.
- (E) a prefeitura tem um saldo de 150 de dívidas com entidades vinculadas.

65. De acordo com a Lei nº 287/79, os comprovantes da entrega de material, da execução efetiva do serviço ou da execução da obra são elementos integrantes

- (A) da inscrição na dívida ativa.
- (B) da fixação da despesa.
- (C) do processo de licitação.
- (D) do pagamento da despesa.
- (E) da liquidação da despesa.

Legislação Especial

66. NÃO constitui crime funcional contra a ordem tributária

- (A) deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.
- (B) extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social.
- (C) exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente.
- (D) aceitar promessa de vantagem indevida, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente.
- (E) patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.



67. A pena de multa, nos crimes relacionados a licitações, não poderá superar o seguinte percentual do contrato licitado ou celebrado com dispensa ou inexigibilidade de licitação:
- (A) quinze por cento.
 - (B) dez por cento.
 - (C) oito por cento.
 - (D) sete por cento.
 - (E) cinco por cento.
-
68. No que concerne aos atos de improbidade praticados por agentes públicos, é INCORRETO afirmar que
- (A) a indisponibilidade recairá sobre bens do indiciado que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.
 - (B) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da Lei nº 8.429/92 até o limite do valor da herança.
 - (C) no caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
 - (D) não se reputa agente público aquele que, transitoriamente e sem remuneração, exerce cargo na administração indireta do Estado.
 - (E) as disposições da Lei nº 8.429/92 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
-
69. NÃO constitui crime de responsabilidade de prefeito municipal, sujeito a julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores,
- (A) conceder empréstimos, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.
 - (B) ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes.
 - (C) antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário.
 - (D) nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei.
 - (E) descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
-
70. Os crimes de responsabilidade previstos na Lei nº 1.079/50 sujeitam os respectivos autores à perda do cargo, com inabilitação para o exercício de qualquer função pública até
- (A) quatro anos.
 - (B) dois anos.
 - (C) cinco anos.
 - (D) um ano.
 - (E) três anos.